

## PROPOSIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES VOLTADOS AOS TEMAS GOVERNANÇA, SAÚDE E BEM-ESTAR E COEXISTÊNCIA EM UMA CIDADE GLOBAL DO PROJETO “CIDADES INOVADORAS: CURITIBA 2030”

Cristiano Vieira Rotta, Juliana Trianoski Hegenberg, Maria Christina dos Santos,

Décio Estevão do Nascimento, Christian Luiz da Silva

Mestrado em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba - PR

### Resumo

O objetivo do artigo é de sugerir critérios capazes de nortear a construção de indicadores voltados aos temas prioritários governança, saúde e bem-estar e coexistência em uma cidade global do Projeto “Cidades Inovadoras: Curitiba 2030”. Em termos de procedimentos metodológicos, a pesquisa, essencialmente qualitativa e exploratória, usando a técnica de pesquisa bibliográfica, adotou como referência principal as recomendações de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012) a fim de avaliar critérios para definição de indicadores voltados a três dos temas prioritários do Projeto Curitiba 2030, a saber, i) governança; ii) saúde e bem-estar e; iii) coexistência em uma cidade global. Essa análise resultou na elaboração de um quadro síntese, concebido no formato de *checklist*, contendo rol dos principais atributos e requisitos. Extraiu-se, então, um princípio norteador de cada um dos objetivos elencados e, utilizando-o como referência – juntamente com a análise das ações pretendidas, da contextualização e prospecção disponibilizadas no Projeto Curitiba 2030 para tais ações – foram definidos os critérios.

**Palavras-chave:** Critérios para indicadores. Projeto Cidades Inovadoras: Curitiba 2030. Governança. Saúde e bem-estar. Coexistência em uma cidade global.

### Abstract

The purpose of this article is to suggest criteria able to guide the construction of indicators related to the topics of governance, health and welfare and coexistence in a global city of the Project "Innovative Cities: Curitiba 2030". In terms of methodological procedures, the research could be classified essentially as qualitative, exploratory and bibliographic. The main reference adopted was the summarized recommendations written by Stiglitz, Sen and Fitoussi (2012) in order to evaluate criteria for defining indicators related to three priorities areas of Project Curitiba 2030: i) governance, ii) health and welfare and, iii) coexistence in a global city. For the selection and subsequent use of such recommendations, was necessary to identify "what is to be measured." This analysis resulted in the preparation of a summary table, designed in the form of checklist, containing list of key attributes and requirements identified. Extracted, a guiding principle of each of the listed objectives and using it as a reference - along with analysis of intended actions, and exploration of contextualization available in the program for such actions - defined criteria were targeted.

**Keywords:** Criteria for indicators. Project Innovative Cities: Curitiba 2030. Governance. Health and welfare. Coexistence in a global city.

Recebido 21/11/2012; Aceito 22/12/2012

## 1 INTRODUÇÃO

A empresa de análise australiana “2thinknow” realiza desde 2007 o levantamento anual das cem cidades mais inovadoras do mundo, tomando por base a capacidade de geração de produtos, processos e serviços, além da inovação alcançada por meio da economia urbana, potencial já reconhecido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (SALIM, 2011). Boston, São Francisco, Paris, Nova York, Viena, Amsterdã, Munique, Lyon, Copenhague e Toronto foram avaliadas como as 10 mais inovadoras em 2011, “[...] conhecidas pelo grande potencial em pesquisa e desenvolvimento, além da criação de novas patentes” (SALIM, 2011). Até a presente data nenhuma cidade brasileira integrou esse *ranking*.

Paralelamente, em 2005, o Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) conduziu sua primeira experiência em estudo de prospecção e, em 2010, lançou o programa “Cidades Inovadoras”, cujo “[...] conceito está fundamentalmente centrado nas pessoas. [...] A diferença entre uma ‘cidade’ e uma ‘cidade inovadora’ está nas pessoas que habitam e constroem esses ambientes” (SENAI/PR, 2010, p.7). Esse Programa tem por objetivo traçar e aplicar metodologia capaz de interferir no planejamento municipal voltado à “criação de ambientes urbanos propícios à criatividade e à inovação de modo que tanto a cidade quanto suas empresas venham a compor o mapa da inovação sustentável global. (SENAI/PR, 2010, p. 5; 7)

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012) seguem no mesmo sentido. Os autores afirmam ser oportuno “[...] empenhar-se em elaborar um sistema estatístico que complete as medidas da atividade comercial com dados relativos ao bem-estar das pessoas e medidas de sustentabilidade” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 17). Acrescentam ainda que a definição de bem-estar envolve pelo menos oito dimensões, a saber: i) condições de vida materiais (rendimento, consumo e riqueza); ii) a saúde; iii) a educação; iv) as atividades pessoais, entre elas o trabalho; v) a participação na vida política e na governança; vi) os laços e as relações sociais; vii) o meio ambiente (situação presente e futura); e viii) a insegurança, tanto econômica quanto física. (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 20 - 21)

No que se refere à realidade brasileira, a capital do Paraná foi escolhida para inaugurar o Programa “Cidades Inovadoras” com o Projeto Curitiba 2030<sup>1</sup> (2010) por já ser considerada inovadora em muitos aspectos. O Projeto apresenta a visão global da cidade dividida em quatro eixos estruturantes, quais sejam: educação, sustentabilidade, tecnologia e cidadania plena. Já a observação prospectiva da cidade se divide em sete temas prioritários, a saber: i) governança; ii) cidade em rede; iii) cidade do conhecimento; iv) transporte e mobilidade; v) meio ambiente e biodiversidade; vi) saúde e bem-estar; e vii) coexistência em uma cidade global, mencionando suas visões, objetivos e ações. (SENAI/PR, 2010, p. 24). O desafio colocado pelos autores do presente trabalho foi o de sugerir critérios capazes de nortear a construção de indicadores voltados aos temas prioritários governança, saúde e bem-estar e coexistência em uma cidade global.

Antes de abordar o objeto do artigo, propriamente dito, faz-se oportuno tratar, da definição, finalidade e propriedades dos indicadores como subsídio para a gestão de políticas públicas, e apresentar algumas ideias de Stiglitz, Sen e Fitoussi, contidas no **Relatório da**

---

<sup>1</sup> o Projeto “Cidades Inovadoras: Curitiba 2030 resultou da parceria entre Observatório de Prospectiva Tecnológica do SENAI e do Observatório de Prospecção Difusão de Iniciativas Sociais do SESI, juntamente com a Fundação Observatório de Prospectiva Tecnológica Industrial – Fundação OPTI, da Espanha, em cooperação com a Prefeitura Municipal de Curitiba. Doravante será referido neste trabalho como Projeto.

**Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social**, utilizadas como parâmetro e filtro para formulação e proposição de critérios para seleção de indicadores.

Ressalta-se que aprofundar as questões teóricas mencionadas ultrapassaria o objetivo do deste estudo, motivo pelo qual serão apresentadas algumas considerações com o propósito de demonstrar, principalmente, a metodologia seguida na busca do fim proposto.

## 2 INDICADORES: DEFINIÇÃO, FINALIDADES E PROPRIEDADES

A cartilha “Construção e Análise de Indicadores” apresenta a seguinte definição para indicadores: “são **variáveis** definidas para **medir um conceito abstrato**, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de **orientar decisões** sobre determinado fenômeno de interesse” (SESI/PR, 2010, p. 11, grifo do autor). Segundo Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012, p.10), “os indicadores estatísticos são realmente importantes para a concepção e avaliação das políticas públicas que visam assegurar o progresso das sociedades, assim como avaliar o funcionamento do mercado e influenciá-lo”.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelece uma relação entre princípios e critérios para a definição de indicadores. Para ela, um princípio se desdobra em critérios que vão balizar e orientar a elaboração de indicadores. Desta forma, os princípios podem ser compreendidos como as regras, proposições ou fundamentos primários, que servem como base para as ações em determinado tema e também como base para formulação dos critérios, enquanto que os critérios podem ser entendidos como parâmetros ou requerimentos expandidos, que traduzem a aderência ao princípio que se relaciona e servem para guiar as comparações e permitir as avaliações em determinados temas (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por sua vez, define indicadores como

[...] instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação de governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação (MINISTÉRIO..., 2010, p.21).

Dentre as finalidades dos indicadores destacam-se as de subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas públicas quer federal, estadual ou municipal, bem como de viabilizar o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil (JANNUZZI, 2005, p. 138). Os indicadores, que guardam relação direta com os objetivos programáticos (JANNUZZI, 2005, p. 139), constituem-se em instrumentos indispensáveis em todas as fases do planejamento, pelo fato de demonstrarem a evolução das variáveis relevantes em programas, projetos e ações. A comparação entre as medidas obtidas e esperadas viabiliza ao ajuste do plano e de suas estratégias (SÃO PAULO, 2006. p. 139). Cumpre observar que tanto dados administrativos quanto dados constantes de estatísticas públicas transformam-se em indicadores sociais que devem ser aptos a acompanhar as ações no que tange à sua eficiência, eficácia e efetividade. (JANNUZZI, 2005, p.139)

Há de se dar ênfase ao monitoramento que detém, inclusive, a característica da transversalidade, ou seja, permeia todas as demais fases. O monitoramento consiste

[...] no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados. (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUZA, 2006, p.19)

Para a escolha adequada de indicadores, deve-se observar as suas propriedades, quais sejam: validade, confiabilidade, simplicidade, sensibilidade, desagregabilidade, economicidade, estabilidade, auditabilidade, periodicidade, especificidade (MINISTÉRIO..., 2010, p. 25-26; JANNUZZI, 2005, p.148). Por outro lado, Sesi/PR (2010) trata da necessidade de desenvolver um plano para definição de indicadores:

Concluída a etapa de definição dos objetivos e metas pretendidos com a política, plano, programa, projeto ou ações a serem implementados, pode-se, então, partir para o estabelecimento dos indicadores. Essas primeiras definições é que serão a referência para o conjunto de indicadores; estes irão transformar os conceitos utilizados em parâmetros concretos e mensuráveis, servindo de critério para medir, para avaliar se as atividades realizadas estão conseguindo as transformações desejadas, no tempo certo, com o uso adequado dos recursos.

Pode-se constatar que no Projeto em comento, antes de prosseguir em direção à fase de execução, seria imprescindível que ele tivesse definido indicadores de modo que fosse possível a mensuração e monitoramento dos seus efeitos e impactos para a sociedade. Ressalta-se que tanto Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012) quanto o Projeto Cidades Inovadoras: Curitiba 2030 foram elaborados sob o enfoque da sustentabilidade e da busca da qualidade de vida humana. Logo, dada a sua pertinência, o primeiro foi utilizado para a fundamentação metodológica do presente estudo, conforme se verá a seguir.

### 3 STIGLITZ, SEN e FITOUSSI (2012): SINTESE E RECOMENDAÇÕES

De acordo com Juliani e Feitosa (2011, p. 4), “o conceito de desenvolvimento adquiriu caráter amplo à medida que estudiosos consideraram outras dimensões nas abordagens, além da econômica”. Os estudos desenvolvidos por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012) caminharam nessa mesma direção, contribuindo significativamente para o alargamento do entendimento de tal conceito. O Relatório coordenado pelos três pesquisadores evidencia que, além do PIB, fatores como sustentabilidade e qualidade de vida devem ser considerados na medição do desempenho econômico e do progresso social de um país.

Complementarmente, Juliani e Feitosa (2011) inferem que:

Antes de indicadores operacionais mais precisos para monitorar o progresso social, é preciso definir quais são as condições mínimas de qualidade de vida requerida para o bem estar da sociedade que não se resume na quantificação de sua capacidade de consumir bens e serviços.

Embora muito da contribuição trazida por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012) esteja centrada na necessidade de conceber medidas e indicadores que complementem àquelas apresentadas pelo PIB em relação ao desenvolvimento, muitas recomendações também são úteis no que se refere à mensuração do desempenho das cidades. Desta forma, serão apresentadas sucintamente as principais recomendações propostas pelos três autores no **Relatório da Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso**

**Social**, as quais serviram de base para a elaboração dos critérios para estabelecimento dos indicadores no presente trabalho.

“Aquilo que se mede tem incidência sobre aquilo que se faz; ora se as medidas forem defeituosas, as decisões podem ser inadequadas” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2011, p. 4). Ao adotar tal axioma como ponto de partida, os autores avançam analiticamente em três direções: as questões clássicas relativas ao PIB; a mensuração da qualidade de vida; e as questões referidas ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente, contemplando nestes campos “uma série de sugestões de melhorias, procedimentos e transformações nos sistemas de medida de desempenho econômico e progresso social” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 5). Os autores enfatizam a necessidade de redefinir os sistemas de medidas no sentido de objetivar a mensuração da qualidade de vida da população em detrimento do desempenho na geração de riqueza material. Sugere, ainda, a incorporação de dimensões subjetivas de autoavaliação das pessoas como requisito para o dimensionamento do progresso social. Propõe a diminuição da distância entre “as medidas habituais de grandes variáveis socioeconômicas” e as “percepções amplamente difundidas dessas realidades” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 10).

Em outras palavras, os indicadores devem refletir a realidade percebida pela sociedade, de modo a garantir a confiabilidade dos sistemas estatísticos oficiais. Nesse sentido, há de se atentar para o fato de que:

- tanto o conceito estatístico quanto o seu processo de medida sejam adequados;
- a escolha e o uso de tal conceito sejam apropriados ao que se pretende mensurar;
- o indicador deve refletir a “situação na qual a maior parte das pessoas se encontra”, evitando assim a adoção de agregados calculados per capita, como o PIB;
- as estatísticas devem contemplar os fenômenos que incidem sobre o bem-estar dos cidadãos; e
- é necessário compreender melhor o uso apropriado de cada instrumento de medida, evitando visões enviesadas quando da divulgação de tais estatísticas.

Essas recomendações são de extrema importância para o sucesso das medidas de desempenho e serão consideradas para a proposição de critérios para seleção de indicadores no presente trabalho. Além dessas, outras mensagens e recomendações convenientes, ao que se pretende neste estudo, são apresentadas a seguir, contidas no Relatório coordenado por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012).

**3.1 Rumo a melhores ferramentas de medida de desempenho em uma economia complexa:** deve-se visar o aperfeiçoamento das medidas de desempenho econômico e empenho na busca de medidas do bem-estar.

Segundo Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012, p.16), “[...] chegou a hora de adaptar nosso sistema de medida da atividade econômica a fim de melhor refletir as mudanças estruturais que caracterizam a evolução das economias modernas”. E, ainda, “[...] dar conta da mudança qualitativa representa um desafio formidável, mas é essencial para medir a renda e o consumo reais, fatores determinantes do bem-estar material das pessoas”.

Recomenda-se a adequada mensuração de desempenho em relação à prestação dos serviços básicos, como educação e saúde, que deverá refletir os resultados reais produzidos (os efeitos alcançados – *outcomes*) ao invés de demonstrar apenas as despesas empregadas

para produzi-los (consumo de recursos – *inputs*), espelhando, ainda, as mudanças qualitativas e a evolução da produtividade na prestação desses serviços.

**3.2 Da produção ao bem-estar:** “[...] é hora de nosso sistema estatístico dar mais ênfase à medida do bem-estar da população do que àquela da produção econômica, e convém, além disso, que essas medidas do bem-estar sejam recolocadas em um contexto de sustentabilidade” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 17). Os autores defendem, ainda, a necessidade de um sistema estatístico de natureza plural, tendo em vista a complexidade envolvendo as questões do bem-estar e a improbabilidade de resumir tal fenômeno em uma única medida. Esse sistema deverá ser capaz de mensurar os níveis médios de bem-estar da sociedade e sua evolução no tempo, bem como “[...] dar conta da diversidade das experiências pessoais e das relações entre as diferentes dimensões da vida das pessoas” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 17 e 18).

Nesse sentido, são apresentadas cinco importantes recomendações: i) na esfera da avaliação do bem-estar material, reportar-se aos rendimentos e ao consumo antes do que à produção; ii) colocar a ênfase na perspectiva dos lares; iii) levar em consideração o patrimônio juntamente com os rendimentos de consumo (aquilo que as famílias ou as cidades constroem de permanente – balanço do ativo e passivo); iv) atribuir maior importância à distribuição dos rendimentos, do consumo e das riquezas (tendo em vista distorções das medidas que consideram a distribuição média); e v) estender os indicadores de rendimentos para as atividades não comerciais (como as atividades domésticas não remuneradas).

**3.3 O bem-estar é multidimensional:** a Comissão recomenda que, no entendimento e mensuração do conceito de bem-estar, sejam consideradas as seguintes dimensões, as quais deverão ser apreendidas simultaneamente: “i) condições de vida materiais (rendimento, consumo e riqueza); ii) a saúde; iii) a educação; iv) as atividades pessoais, entre elas o trabalho; v) a participação na vida política e na governança; vi) os laços e as relações sociais; vii) o meio ambiente (situação presente e futura); viii) a insegurança, tanto econômica quanto física” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 20-21).

**3.4 Ambas as dimensões do bem-estar, a objetiva e a subjetiva, são importantes:** de acordo com os autores, “[...] a qualidade de vida depende da saúde e da educação, das condições de vida cotidiana, da participação no processo político, do meio ambiente social e natural das pessoas e dos fatores que definem sua segurança pessoal e econômica” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 21) e, para mensurar cada um desses elementos são imprescindíveis tanto dados objetivos quanto subjetivos.

Ainda, segundo recomendado pelos autores, os indicadores de qualidade de vida devem avaliar exaustivamente e de forma global todas as desigualdades (socioeconômicas, de gênero e até àquelas relacionadas à imigração); deve-se realizar pesquisas e enquetes a fim de “avaliar as ligações entre os diferentes aspectos da qualidade de vida” dos cidadãos, de forma a obter subsídios para a formulação de políticas (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 22); deve-se construir de índices estatísticos com base nas diferentes dimensões da qualidade de vida e integrar nas estatísticas questões subjetivas de bem-estar, como a avaliação que cada indivíduo faz de sua vida, de suas experiências e expectativas.

**3.5 Por uma abordagem pragmática da medida de sustentabilidade:** examinar separadamente a avaliação da sustentabilidade, tendo em vista que ela é complementar da questão do bem-estar. “A sustentabilidade exige a preservação ou o aumento simultâneo de vários estoques: as quantidades e qualidades, não somente dos recursos naturais, mas também do capital humano, social e físico” (STIGLITZ; SEN;

FITOUSSI, 2012, p. 24). Os indicadores de sustentabilidade devem ser capazes de refletir as alterações nesses níveis de estoques nacionais, visto que são importantes fatores para o bem-estar futuro.

**3.6 Indicadores físicos das pressões ambientais:** a recomendação da Comissão se refere ao acompanhamento em separado dos aspectos ambientais da sustentabilidade, com a criação de uma bateria de indicadores ambientais. É fundamental, segundo os autores, que pelo menos um desses indicadores “indique claramente em que medida nós estamos nos aproximando de níveis perigosos de danos ao meio ambiente” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 25).

A síntese que se buscou apresentar até aqui, presume-se, seja suficientemente clarificadora para os objetivos propostos neste estudo, fornecendo as diretrizes necessárias para a formulação das sugestões pretendidas.

#### 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Conforme já referido, o presente estudo adotou como referência principal as recomendações sintetizadas por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012) a fim de avaliar critérios para definição de indicadores voltados a três dos temas prioritários do Projeto, a saber, i) governança; ii) saúde e bem-estar e; iii) coexistência em uma cidade global.

Para a escolha e posterior utilização de tais recomendações, foram seguidos os passos abaixo descritos. Partiu-se da identificação de “o que se pretendia medir”. Para tanto, cada objetivo de cada um dos temas que compõem este estudo foi minuciosamente discutido, a fim de se extrair o princípio norteador da definição dos indicadores a serem propostos ou construídos. Na sequência, realizou-se a análise e compreensão das recomendações contidas no Relatório, com o intuito de identificar os principais atributos e requisitos de um indicador, segundo a visão dos autores. Essa análise resultou na elaboração de um quadro síntese, concebido no formato de *checklist*, ou lista de checagem, contendo rol dos principais atributos e requisitos identificados, conforme se verifica a seguir. Cada critério sugerido foi avaliado, vez que nenhum deles poderia colidir com os quaisquer dos atributos ou requisitos recomendados por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012).

Extraiu-se, então, um princípio norteador de cada um dos objetivos elencados e, utilizando-o como referência – juntamente com a análise das ações pretendidas, da contextualização e prospecção disponibilizadas no Projeto para tais ações – empenhou-se no trabalho de redação dos critérios objetivados.

Os critérios resultantes deverão servir, futuramente, como parâmetros para a construção de indicadores adequados para cada uma das dimensões pretendidas no Projeto Curitiba 2030. Os principais resultados alcançados nessa empreitada são apresentados no decorrer da próxima seção.

Quadro síntese de atributos e requisitos dos indicadores	
1	Mensura a qualidade de vida ao invés de apenas o desempenho financeiro ou produção econômica
2	Promove a incorporação de dimensões subjetivas de autoavaliação das pessoas
3	Reflete a realidade percebida pela sociedade
4	Adota conceito estatístico e processo de medida apropriado ao que se pretende mensurar
5	Reflete a situação da maioria ao invés de apresentar medidas per capita ou médias
6	Contempla os fenômenos que incidem sobre o bem-estar dos cidadãos
7	Inibe visões enviesadas quando da sua divulgação
8	Contribui para o aperfeiçoamento das medidas de desempenho, bem como para a adoção de medidas do bem-estar
9	Permite refletir as mudanças estruturais da sociedade
10	Permite refletir as mudanças na qualidade de vida das pessoas
11	Reflete os resultados reais produzidos (efeitos/outcomes) através da prestação de serviços básicos, como educação, saúde e outros.
12	Permite mensurar mudanças qualitativas e a evolução da produtividade na prestação desses serviços
13	Reflete medidas de bem-estar dentro de um contexto de sustentabilidade
14	Contribui para mensurar a diversidade das experiências pessoais e das relações entre as diferentes dimensões da vida das pessoas
15	Reflete o aspecto multidimensional do conceito de bem-estar
16	Permite mensurar tanto a dimensão objetiva quanto subjetiva na avaliação do bem-estar
17	Permite avaliação das desigualdades existentes
18	Reflete a sustentabilidade e os níveis de estoque nacionais (recursos naturais, capital humano, social e físico)
19	É capaz de refletir os danos ao meio ambiente

Fonte: Autoria própria

## 5 ASPECTOS DOS TEMAS PRIORITÁRIOS E SUGESTÕES DE CRITÉRIOS

### 5.1 Governança - Curitiba: governança pública de classe mundial sustentada em um processo democrático consolidado

O modelo de Governança, proposto no projeto, objetiva facilitar a participação cidadã, tornando a população protagonista das decisões sobre a cidade. Para tanto, pretende promover a implantação de boas práticas através da concepção de uma gestão municipal descentralizada, que busca aperfeiçoar e maximizar a prestação dos serviços públicos, por meio de parcerias público-privadas e do desenvolvimento permanente do capital humano vinculado à gestão. Idealiza-se para Curitiba a configuração de uma estrutura de governança descentralizada que possibilita uma autêntica cidadania democrática, passível de ser considerada modelo nas redes de governança de cidades existentes no mundo. (SENAI/PR, 2010, 26 – 30)

**OBJETIVO 1: PROMOVER A PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA DO CIDADÃO E DE TODOS OS SETORES DA SOCIEDADE COMO CO-GESTORES, PARCEIROS E FISCALIZADORES NA GOVERNANÇA PÚBLICA.**

Princípio: Participação qualificada do cidadão.

Ação 1: Criação e aplicação de estratégia de participação cidadã por meio de canais de comunicação

CrITÉRIOS sugeridos para seleção de indicadores:

- Promoção de conectividade e participação cidadã.
- Expansão e consolidação dos espaços de participação da sociedade (sites, audiências públicas, fóruns, conselhos e outros meios).
- Transparência e acesso inteligível às informações relevantes.
- Capacitação da população para participação qualificada.
- Nível de qualidade da participação cidadã.
- Participação da sociedade na definição do orçamento.
- Nível de interação entre cliente (cidadão) e o provedor de serviços (municipalidade).

**OBJETIVO 2: IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS INOVADORAS E DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA ARTICULANDO A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO.**

Princípio: Articulação público-privado.

Ação 1: Mapeamento e integração de ações transformadoras já existentes e promoção de iniciativas e práticas de novas ações

CrITÉRIOS sugeridos para seleção de indicadores:

- Enfoque na gestão por resultados.
- Nível de articulação entre o setor público e o setor privado na gestão do Município.
- Identificação de práticas inovadoras na gestão pública.
- Nível de integração dos serviços públicos em portais online.
- Automatização da administração pública e criação de escritórios virtuais para atendimento ininterrupto ao cidadão.
- Criação de sistemas eletrônicos de conexão permanente entre o cidadão e o sistema de tomada de decisão da cidade.
- Nível de difusão das boas práticas de gestão do Município.
- Terceirização dos serviços municipais.
- Parcerias público-privadas no financiamento de projetos.

Ação 2: Desenvolvimento permanente do capital humano vinculado à gestão pública

CrITÉRIOS sugeridos para seleção de indicadores:

- Profissionalização extrema da gestão pública.
- Desempenho do capital humano vinculado à gestão pública.
- Satisfação dos servidores municipais.
- Satisfação da sociedade em relação aos serviços públicos recebidos.
- Capacitação e qualificação permanente do servidor público.

**OBJETIVO 3: PRODUZIR E COMPARTILHAR CONHECIMENTO SOBRE GOVERNANÇA EM REDE MUNDIAL**

Princípio: Conhecimentos em rede mundial.

Ação 1: Criação e compartilhamento de conhecimento em governança

Crítérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Troca permanente de informações de forma aberta e transparente.
- Informação completa, transparente e ágil ao cidadão e à sociedade por meio de governo eletrônico.
- Divulgação de sistemas de indicadores do Município.
- Nível de aprendizado e conhecimento compartilhado.
- Integração entre o global e o local, contemplando outras esferas de governo.

## **5.2 Saúde e bem-estar - Curitiba: referência internacional em qualidade de vida**

O Projeto contempla a saúde e o bem-estar de seus cidadãos como um dos temas principais da cidade. Vislumbra-se que até 2030, os cidadãos de Curitiba desenvolvam melhores hábitos visando uma boa qualidade de vida, bem como aprendam a se alimentar de forma saudável e adotem definitivamente a prática de atividades físicas e reflexivas. Para tanto, o Município deverá fornecer estrutura e condições adequadas, como disponibilização de áreas verdes na cidade, espaços adequados para prática de esportes, garantia da qualidade do ar, entre outras condições. Além disso, com o crescimento do número de pessoas idosas, pretende-se garantir, para elas e para todas as outras faixas etárias, a existência de espaços e equipamentos urbanos adaptados às diferentes etapas do ciclo de vida.

Objetiva-se, ainda, que Curitiba avance nos campos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e instalações avançadas na área de saúde e bem-estar. Para tanto, pretende-se criar condições para o incremento de um importante Polo de Desenvolvimento de Tecnologias de Saúde que alimentará a criação e a atração de empresas inovadoras e empreendedores, nacionais e estrangeiros, fazendo deste polo um núcleo de geração, atração e retenção de talentos e investimentos.

Outro objetivo importante do Programa é promover a incorporação de tecnologias da informação ao sistema de saúde, de forma a evoluir para um modelo completamente integrado e centrado no paciente. Deverão ser adotadas ferramentas como o telediagnóstico, o telemonitoramento e a teleassistência, entre outras, além de desenvolver atividades visando a substituição do modelo de saúde pública centrada no mero tratamento da doença por um modelo baseado na prevenção para a manutenção da saúde. (SENAI/PR, 2010, p. 68-72)

**OBJETIVO 1: CRIAR E CONSOLIDAR UM POLO DE TECNOLOGIA EM SAÚDE**

Princípio: Criação e consolidação de polo de tecnologia em saúde.

Ação 1: Implementação de infraestrutura para o desenvolvimento de tecnologias em saúde.

Crítérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Geração, atração e retenção de talentos e investimentos em tecnologia em saúde.
- Consolidação de serviços de saúde de média e alta complexidade.
- Impactos dos investimentos em pesquisa para desenvolvimento de tecnologia em saúde para a sociedade.

- Habitats de inovação tecnológica em saúde.
- Investimentos em infraestrutura para desenvolvimento de tecnologia e inovação em saúde.
- Atenção a saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade.

Ação 2: Desenvolvimento do capital humano voltado a tecnologias em saúde

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Formação e qualificação do capital humano.
- Fomento à formação direcionada para o polo de tecnologia em saúde.
- Desenvolvimento do espírito empreendedor dos jovens profissionais, tendo como base a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação.
- Parcerias entre instituições de ensino e de pesquisa e empresas.

Ação 3: Difusão e aplicação de tecnologias em saúde

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Implantação de agência de inovação para o polo de tecnologia em saúde.
- Observatório de tecnologias em saúde.
- Difusão de novas tecnologias em saúde no Município.
- Nível de inovação e empresa inovadoras na área de saúde.

<b>OBJETIVO 2: DIFUNDIR E PRATICAR O CONHECIMENTO PARA A QUALIDADE DE VIDA</b>
--

Princípio: Conhecimento para qualidade de vida.

Ação 1: Criação de facilitadores de diagnóstico e identificação do cidadão

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Incorporação de tecnologias da informação ao sistema de saúde.
- Sistemas de triagem eletrônica e de bioidentificadores.
- Pesquisas sobre temas e tecnologias transversais úteis ao diagnóstico e tratamento de distúrbios psicossociais.
- Prevenção e manutenção da saúde do cidadão.

Ação 2: Desenvolvimento de valores e práticas para a saúde e bem estar do cidadão

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Disponibilização de informações sobre as dimensões da qualidade de vida à população.
- Inserção do tema qualidade de vida nos percursos de formação nas instituições de ensino.
- Desenvolvimento de campanhas e programas de prevenção a doenças, de alimentação, de estímulo ao esporte e atividades físicas.
- Informação contínua à população sobre as boas práticas de saúde e de bem-estar
- Qualidade de vida da população.

<b>OBJETIVO 3: APRIMORAR O DESENHO DA CIDADE COM VISTAS A GARANTIR A CIDADANIA</b>
--

Princípio: Aprimoramento do desenho da cidade.

Ação 1: Criação de mecanismos para o desenvolvimento urbano adaptado às diferentes necessidades

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Adaptação dos equipamentos de transporte e mobilidade urbana às necessidades especiais.
- Espaços e equipamentos urbanos adaptados às diferentes etapas do ciclo de vida.
- Ampliação da qualidade e acessibilidade da infraestrutura urbana.
- Desenvolvimento de um plano local de promoção da acessibilidade.

Ação 2: Remodelamento da cidade para a melhoria da segurança

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Nível de bem-estar do cidadão.
- Aplicação de conceitos de arquitetura contra o crime.
- Funcionamento adequado da infraestrutura existente na cidade.
- Sensação de segurança da sociedade.

### **5.3 Coexistência em uma Cidade Global - Curitiba: cidade feliz, aberta, solidária, integrada e justa**

O Programa vislumbra Curitiba como uma cidade aberta, solidária e integrada, que se configura como um espaço permanente de interculturalidade e diversidade e exemplo de coexistência e respeito entre as pessoas. (SENAI/PR, 2010, p. 74 – 78)

<b>OBJETIVO 1: GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO ESTIMULANDO A SUA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS</b>
--

Princípio: Participação da população na elaboração das políticas públicas

Ação 1: Otimização dos canais de difusão de informações com vistas ao atendimento das necessidades da população.

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Diálogo democrático entre governantes e cidadãos, através do intercâmbio rápido de informações entre eles por meio eletrônico, em ambas as direções.
- Otimização dos canais de acesso visando o envolvimento da comunidade e das lideranças.
- Processo de governança transparente e participativo.

Ação 2: Estímulo à participação da comunidade na definição de prioridades, planejamento e gestão pública.

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Interação entre governo e sociedade.

- Mecanismos de incentivo à ampliação da participação da comunidade nas decisões públicas.
- Governança em prol da coletividade.

**OBJETIVO 2: DESENVOLVER A CONSCIÊNCIA CIDADÃ E O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS**

Princípio: Desenvolvimento de consciência cidadã e respeito.

Ação 1: Mobilização da sociedade civil para o conhecimento e a prática da cidadania.

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Desenvolvimento do indivíduo como cidadão do mundo.
- Conhecimento dos direitos e deveres do cidadão.
- Nível de conscientização da população em relação à cidadania.
- Nível de cidadania.

Ação 2: Resgate do papel das instituições de ensino na promoção da cidadania.

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Promoção e inserção de conteúdos e práticas voltados ao aprendizado para a cidadania.
- Cooperação entre instituições de ensino e a comunidade.
- Educação trabalhando o global junto com a valorização da identidade e cultura local e o fomento dos valores éticos.

**OBJETIVO 3: ESTIMULAR A INTERCULTURALIDADE PARA A COEXISTÊNCIA EM UM MUNDO GLOBALIZADO**

Princípio: Estímulo interculturalidade e coexistência.

Ação 1: Desenvolvimento de políticas socioculturais para a interação e acesso às diferentes expressões multiculturais.

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Estímulo à coexistência de diferentes sistemas de valores e sistemas plurais de vida.
- Disponibilização de atividades artísticas e culturais de diferentes origens étnicas e sociais.
- Popularização do acesso a eventos artísticos e culturais.
- Políticas públicas socioculturais inovadoras.

Ação 2: Fomento da utilização de espaços públicos para maior interação e valorização da diversidade.

Critérios sugeridos para seleção de indicadores:

- Ampliação e dinamização dos espaços para encontros interculturais.
- Desenvolvimento de soluções criativas e de longo prazo por meio de parcerias público privadas.
- Promoção da interculturalidade em relação às diversas formas de expressão da arte, da cultura, diversidade religiosa e outros.

OBJETIVO 4: PROPICIAR A VALORIZAÇÃO DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DO CIDADÃO PARA COM A CIDADE

Princípio: Pertencimento do cidadão para com a cidade.

Ação 1: Estímulo à identidade, à conservação e à beleza da cidade.

CrITÉRIOS sugeridos para seleção de indicadores:

- Desenvolvimento de uma dimensão local na produção de uma cultura global.
- Promoção e incentivo ao sentimento de amor pela cidade.
- Fomento a cultura local.
- Preservação do patrimônio natural, histórico e cultural da cidade.
- Sensação de pertencimento do cidadão à cidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por desafio apresentar critérios capazes de nortear a construção de indicadores voltados a três dos sete temas considerados prioritários pelo Projeto Cidades Inovadoras: Curitiba 2030, a saber: i) governança; ii) saúde e bem-estar; e iii) coexistência em uma cidade global. Inicialmente, apresentou – de forma sucinta – a definição de indicadores, suas propriedades e finalidades no ciclo de gestão de políticas públicas. Abordou, sinteticamente, princípios e critérios que conformam e orientam a elaboração de indicadores para, então, apresentar as etapas que compõem o processo de sua construção.

As recomendações sintetizadas no Relatório coordenado por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012) foram utilizadas como fundamento metodológico. Essa escolha justificou-se pelo fato de ambos – o Projeto e o Relatório – terem em comum a preocupação com a sustentabilidade e com a qualidade de vida como fatores a serem considerados na medição do desempenho econômico e do progresso social. Ademais, restou evidente que para ambos os indicadores devem refletir a realidade percebida pela própria sociedade.

Em seguida, percorreu-se – de forma breve – sobre as recomendações constantes do Relatório, que se constituíram em diretrizes para a formulação dos critérios de escolha de indicadores, para então se apresentar a metodologia utilizada. Esta consistiu na definição do princípio norteador extraído dos objetivos de cada um dos três temas supra-referidos, na elaboração de um quadro síntese no formato de *checklist*, contendo os principais atributos e requisitos identificados nos critérios de indicadores a serem propostos ou construídos, em consonância com os recomendados pela Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi.

Foram, então, arrolados critérios para a seleção de indicadores, presume-se, adequados a cada uma das ações constantes no Programa Cidades Inovadoras: Curitiba 2030, lembrando-se que estão voltadas à consecução dos objetivos dos temas governança, saúde e bem-estar; e coexistência em uma cidade global.

Finalmente, espera-se que o estudo desenvolvido não tenha sido apenas um exercício acadêmico, mas venha, realmente, a servir de subsídio para a escolha e construção de indicadores voltados aos três, dos sete temas, constantes do Projeto Cidades Inovadoras: Curitiba 2030.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15789**: Princípios, Critérios e Indicadores para Florestas Nativas. Rio de Janeiro, 2004.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público. Brasília: Abr/jun 2005. Disponível em: <[http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4054\\_JANUZZI\\_P\\_Construcao\\_Indicadores\\_Sociais.pdf](http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4054_JANUZZI_P_Construcao_Indicadores_Sociais.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2012
- JULIANI, Antonio José; FEITOSA, Paulo Henrique Assis. **Alternativas para mensuração do desempenho econômico e progresso social**: uma aplicação da proposta da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi para as regiões brasileiras. XV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix\\_en/GT5-301-160-20110620145256.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix_en/GT5-301-160-20110620145256.pdf). Acesso em: 28 nov. 2011.
- MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Indicadores de programas: Guia Metodológico** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2010. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324\\_indicadores\\_programas-guia\\_metodologico.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2012
- SALIM, Marcel. **Exame**. As 100 cidades mais inovadoras do mundo. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/as-100-cidades-mais-inovadoras-do-mundo-do-mundo>>. Acesso em: 26 nov. 2011.
- SÃO PAULO. Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP. **Indicadores para monitoramento e avaliação de programas e projetos**. Disponível em: [http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao\\_de\\_Politicas\\_Publicas/INDICADORES\\_PARA\\_MONITORAMENTO\\_DE\\_PROGRAMAS\\_E\\_PROJETOS.pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao_de_Politicas_Publicas/INDICADORES_PARA_MONITORAMENTO_DE_PROGRAMAS_E_PROJETOS.pdf). Acesso em: 26 nov. 2011.
- SESI/PR, Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS. **Construção e Análise de Indicadores**. Curitiba: [s.n.], 2010. Disponível em <<http://www.orbis.org.br/curso/2/cartilha-construcao-e-analise-de-indicadores>>. Acesso em: 28 nov. 2011.
- STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Relatório da Comissão sobre a Mensuração de desempenho Econômico e Progresso Social**. Tradução Sesi/PR. Curitiba:Sesi/PR, 2012. Disponível em: <<http://content.yudu.com/Library/A1woe3/RelatriodaComissosob/resources/11.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2012
- VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto Wagner S; PAES-SOUSA, Rômulo. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais**: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Brasília, DF: Unesco, 2006. 77 p. (Management of Social Transformations Most 2; Policy papers, 17). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/livros/most-o-sistema-de-avaliacao-de-monitoramento-das-politicas-e-programas-sociais>>. Acesso em: 10 nov. 2012